

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná – Sindijus-PR, iniciada às 11h00 do dia 12 de abril do ano de 2015, em segunda convocação, no Hotel Internacional, localizado na Rua Pioneiro Dirceu Palma, 161, Parque Industrial Bandeirantes, na cidade de Maringá-PR, para tratar dos seguintes itens de pauta: 1. Aprovação das Deliberações da 18ª Plenária; 2. Propositura de Ações Judiciais; 3. Informes. A Assembleia Geral Extraordinária iniciou-se sob a presidência do Coordenador Geral, José Roberto Pereira, que leu o edital e apresentou os pontos de pauta. Iniciando o primeiro ponto de pauta, o Coordenador Geral, consultou a plenária se poderia colocar em regime de votação em bloco o que foi deliberado pela 18ª. Plenária Estadual. Houve aprovação de todos. Em regime de votação a Pauta de Reivindicações da categoria para o ano de 2015, aprovada por unanimidade e consiste dos seguintes pontos: PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA: 1 - ISONOMIA – Unificação dos quadros do 1º e 2º Grau, com a unificação dos quadros; 2 - Garantia da data base com reposição integral da inflação, acrescida do que foi previsto no orçamento deste ano, 2,75% a 4% para o nível médio do 1º. Grau; 8% para o nível superior do primeiro grau, incluindo escrivães, secretários dos juizados especiais e contadores judiciais; 3 - Regulamentação das relotações – publicação de edital – concessão das relotações para acompanhamento do cônjuge (CF); 4 - Abertura de edital com vagas disponíveis para relotação antes de abertura de novo concurso; 5 - Abertura de relotação quando da aposentadoria de escrivães e secretários dos juizados, antes da estatização das serventias; 6 - Estabelecimento de GAJEES - Gratificação de Atividade Judiciária Exclusiva Aos Escrivães e Secretários de Juizados - para escrivães e secretários dos juizados, no mesmo valor da concedida aos analistas; 7 - Enquadramento dos escrivães das varas de família na tabela dos escrivães criminais e das Varas de Família, inclusive com possível gratificação de chefia; 8 - Estabelecer mais uma supervisão para as comarcas de juízo único, com acúmulo de secretarias (juizados, infância, fazenda etc); 9 - Revisão imediata do decreto 2310 da Meta 3, com a participação do Sindijus, relativo a distribuição da força de trabalho; servidores por unidade judiciária, Oficiais e Técnicos cumpridores por unidade, conforme CODJ; motivação para cancelamento da designação dos cumpridores de

mandados; Fim da jornada híbrida para os Técnicos cumpridores de mandados; Equipe multidisciplinar, com participação do Fórum; Abertura de concurso; Não a criação de regionais; 10 - Requerer representante de uma servidora do primeiro grau, Técnicas (equipe do SAIJ) no Consije; 11 - Participação do Sindijus-PR na comissão para rediscutir o procedimento disciplinar dos servidores, parte da ISONOMIA; 12 - Participação do Sindijus-PR na discussão Orçamentária do TJ, com a criação da Comissão Orçamentária, tal como determina o CNJ; 13 - Participação do Sindijus-PR na discussão da Central de Mandados – Fim das custas dos Oficiais de Justiça; 14 - Cumprimento da determinação da Corregedoria com relação ao Projudi (Oficiais e Técnicos) apenas quando existir estrutura para tanto, bem como pessoal suficiente; 15 - Revogação do art. 5º do decreto 1752 (antecipação das custas para cumprimento dos mandados), com participação do Sindijus-PR no Funjus; 16 - Defesa do SAS – atendimento para aposentados e pensionistas – exigir do tribunal uma solução imediata – mobilizar; 17 - Auxílio alimentação para os aposentados, inclusive foro extrajudicial – já tem pedido; 18 - Auxílio creche; 19 - Pagamento administrativo das licenças não gozadas; 20 - Redução da reserva de férias para os servidores para 30 dias (60 dias só para magistrados que tem duas férias por ano); 21 - Abertura de concurso para assistentes sociais, pedagogos e psicólogos para compor as equipes multidisciplinares; 22 - Inclusão das Técnicas do SAIJ na tabela de servidores de nível superior do 2º Grau; 23 - Abertura de concurso para nível médio e superior para o primeiro grau; 24 - Designação de Técnicos (judiciários ou de secretaria) para cumprimento de mandados; 25 – Lutar pelo Adicional de Qualificação; 26 – Lutar contra a terceirização no serviço público; 27 – Lutar pela gratificação de gabinete; 28 – Lutar pelo Auxílio Alimentação retroativo; 29 – Lutar por concurso específico para Técnico Oficial de Justiça ou Técnico Cumpridor de Mandados; 30 – Lutar por Auxílio Saúde para aposentados que recebem pela Previdência; 31 – Lutar pela criação de 02 (duas) Varas de Fazenda em Maringá; 32 – Regulamentar as atribuições dos estagiários; 33 - Buscar junto ao TJ-PR a criação de mutirões para digitalização de processos e a devida estrutura para tanto. 34 - Lutar pelo pagamento do Plantão Judiciário, retroativo a instituição da Lei; 35 - Lutar pelo cumprimento da legislação das horas-extras. 36 - Lutar pela abertura de Concurso Público para os cargos de

Técnico - Motorista. Apresentou, então, o Plano de Lutas, em votação, aprovado por unanimidade: PLANO DE LUTAS: 1. Plano de carreira - Continua em pauta, reiniciar a discussão como TJ. ISONOMIA; 2. URV das pensionistas - Continua em pauta, TJ não aceita responsabilidade, ajuizamos ação; 3. Reajustes atrasados dos aposentados do foro Extrajudicial - Já conquistado, restam os atrasados, continua em pauta, ajuizamos ação judicial; 4. Adicional de qualificação - Objeto constante de cobrança; 5. Extensão da VPNI ao 1º Grau, incorporação da VPNI - ISONOMIA; 6. Contratação de servidores, priorizando, com critérios objetivos, as Comarcas que mais necessitam; 7. Oficiais de Justiça - Fim das custas e estabelecimento de forma de compensação; 8. Estabilidade para os técnicos cumpridores de mandados; 9. Regulamentação das reloações e remoções; 10. Melhores condições aos técnicos em informática (segurança, horas-extras) - Agendar reunião com interessados para dar encaminhamento; 11. Risco de vida aos motoristas do SAIJ - Ação judicial já proposta aguardando julgamento de recurso - verificar risco de vida para outras funções; 12. Atrasados da gratificação de chefia e supervisão - depende de lei; 13. Melhoria salarial aos analistas judiciários; 14. Aposentadoria especial, cumprimento do mandado de injunção; 15. Implantação do Auxílio creche; 16. Reposição da inflação de 1998 até 2003; 17. Continuidade da campanha contra assédio moral; 18. Contratação de oficiais de justiça (técnicos cumpridores), com prioridade aos casos mais críticos; 19. Maior direcionamento de recursos materiais e humanos para o primeiro grau de jurisdição (através de concurso público, não a terceirização) participação no ato do dia 15 - PAUTA NACIONAL; ver encaminhamentos. 20. Aprovação da PEC 59 no Senado (Fenajud) - Estatuto único; 21. Aprovação da PEC 555 (isenção do desconto de 11% aos aposentados e pensionistas); 22. Disponibilização e manutenção de veículos, com motoristas para Comarcas onde há maior necessidade e para as equipes do SAIJ, inclusive profissionais da área psicossocial, inclusive pedagogos; 23. Reivindicação para que o Sindijus-PR e também os servidores tenham acesso às reuniões de Planejamento Orçamentário do TJPR - se preciso reivindicar esse direito perante o CNJ; 24. Reivindicação de realização de mais cursos de capacitação, inclusive presenciais, através da Escola de Servidores. Buscar um plano de formação continuada elaborado com a participação dos servidores - ESEJE - conhecer o

Relatório de Planejamento Estratégico do TJ-PR; 25. Auxílio-alimentação aos aposentados, incluindo os do foro extrajudicial; 26. Abertura de novos concursos públicos; 27. Defender a Previdência, com posicionamento contrário ao projeto do Governo do Estado - com a participação e apoio aos encaminhamentos do FES; 28. Defender junto a demais entidades a reestruturação do SAS, Propor ação judicial para garantir o atendimento de aposentados e pensionistas pelo SAS; 29. Defender, apoiar e participar com movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, Fórum dos Servidores Públicos do Estado, na defesa de pautas sociais amplas, como o fortalecimento da saúde e educação públicas, reforma política, democratização das comunicações, reforma tributária, reforma agrária, revisão de tarifas públicas, entre outras com importância estrutural para a sociedade; 30. Defender maior humanização, democracia e transparência no serviço prestado pelo Poder Judiciário à população, especialmente os setores mais carentes de direito; 31. Lutar para eleições diretas da cúpula do TJ com participação dos servidores; 32. Lutar pelo retorno da integralidade da paridade dos aposentados; 33. Encaminha coletivo para estabelecer o controle social das ações do TJ-PR; 34. Encaminhar ações relativas a saúde do trabalhador do TJ-PR; 35. Posicionar-se frontalmente contra a redução da maioria penal, PEC 352, PL 4330 e Meta 3; 36. Cobrar a transparência e responsabilização do Governo do Estado com relação a crise econômica. Em seguida, o Plano de Ação Sindical, em votação, também aprovado por unanimidade: a. Isonomia: Manter a luta até a conquista, realizar encontros regionais para discussão com a categoria com reunião dia 24/04 às 10h - Sindijus-PR, caso não aconteça agendamento de audiência com a Presidência do TJ, no dia 24/04 haverá um Ato estadual com concentração em Curitiba, com a inclusão da pauta do SAS; b. Lançamento da campanha por melhores condições de trabalho: SEM CONDIÇÕES EU NÃO TRABALHO, com ações relativas as demandas da Meta 3 e maior discussão e detalhamento do Orçamento do TJ; c. Preparar materiais, faixas, cartazes, camisetas etc, carro de som, palhaços, dançarinos para a realização de atos para lançamento da campanha; d. Indicar às comarcas para a realização de ato em reuniões regionais, distribuir materiais; e. Expor para a população os pontos defendidos pelo Sindicato, entrando em contato com a imprensa; f. Realizar encontro de aposentados, analistas, técnicos, Auxiliares Judiciários,

aposentados e pensionistas, Oficiais de Justiça, Equipes Técnicas no 2º semestre; g. Levantar dificuldades de estrutura e pessoal das comarcas durante visitas e fazer comunicação posterior ao TJ; h. Implantar o Programa de Organização por Local de Trabalho (OLT); i. Dinamizar a comunicação da Entidade, com novas ferramentas, estabelecendo meios de comunicação direta com os Representantes de Base e melhorar a divulgação das informações aos servidores; j. Retomada na campanha de filiação ao Sindijus-PR, traçando uma meta de 4000 filiados; k. Implantar o programa de Formação Sindical, priorizando os novos nomeados; l. Mobilizar a categoria para a votação da LDO - junho; m. Atuar em conjunto com movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, fórum de servidores públicos, em pautas de interesse geral da sociedade; n. Atuar em defesa dos direitos da mulher, organizar Secretaria na mulher no conselho executivo; o. Fortalecer vínculos com deputados estaduais, buscar outros deputados, especialmente aqueles mais próximos das lutas dos trabalhadores e contato com a OAB; p. Intensificar as ações entre Sindijus-PR e Assojepar para encaminhar questões dos oficiais de justiça e cumpridores de mandado; q. Promover maior debate a respeito da Central de Mandados; r. Aprimorar as estruturas da Entidade: Chácara, Hotel e Sede; s. Criação de Coletivo para desenvolvimento de projeto em relação a edificação de acomodações no terreno de Porto Rico; t. Viabilizar recursos edificação de sede em Porto Rico, bem como manter a estrutura das sedes do litoral, campestre e administrativa, com possível estabelecimento do Imposto Sindical para essa finalidade; u. Compôr Comissão para trabalhar a reforma do Estatuto do Sindijus-PR; v. Promover discussão e encaminhamento para filiação da Entidade a uma central sindical. w. Nova comissão de discussão da Meta 3 com o TJ, buscando a reformulação da meta; x. Organizar a confecção de materiais sempre que houver reuniões e assembleias; y. Realizar ainda neste semestre o Seminário sobre a saúde do trabalhador do judiciário. Quanto ao segundo ponto de pauta, apresentou a proposta da propositura de ação judicial para que o Estado restabelecesse o pagamento do SAS, para que aposentados e pensionistas possam voltar a receber o atendimento médico hospitalar, em votação foi aprovada a propositura por maioria, havendo apenas uma abstenção, nenhum voto contrário. Em seguida apresentou a proposta de propositura de ação judicial para regularização da cobrança do imposto

sindical. Houve a abertura de tempo para o Dr. Ludimar fazer as informações a respeito da legislação que regulamenta o Imposto Sindical. Esclareceu também sobre o comportamento da Confederação (CSPB) e a Fesmepar (Federação dos Servidores Municipais e Estaduais do Estado do Paraná), pois estariam ajuizando ações com o objetivo de cobrar o percentual que lhes é assegurado por lei. Onde não há sindicato, ou o sindicato da categoria não está habilitado junto Ministério do Trabalho e também junto a Caixa Economica Federal, tanto a Confederação quanto a federação mencionada acima, levam os recursos. O desconto do imposto sindical não depende de deliberação da categoria, da vontade ou posição política da direção das entidades sindicais. O próprio nome já diz tudo, Imposto, portanto não cabe decisão, ele simplesmente é cobrado. Quanto a destinação dos recursos também existe a previsão legal e isto sim é deliberação da categoria. Foi realizado um amplo debate, as dúvidas foram sanadas. A servidora Daieniffer fez uma proposta de encaminhamento consistente na votação pelos presentes do método de um servidor fazer a defesa a favor da propositura da ação e outro servidor argumentar contra à propositura da ação. Neste momento a servidora Rayane fez proposta consistente em adiar a decisão para outra assembleia. A mesa encaminhou a votação para que se manifestassem os servidores a favor de decidir nesta assembleia a propositura da ação ou em outra oportunidade. Em votação 63 servidores, a favor da proposta feita pela Daieniffer, decidir sobre a propositura da ação nesta assembleia; 30 votos contrários e 3 abstenções. Assim como foi aprovado por maioria manter a votação na presente assembleia. A mesa encaminhou para que um servidor fizesse a defesa da proposta de decisão para ajuizamento da ação junto a Justiça Federal para regularizar a cobrança do imposto sindical, pelos motivos já elencados, e amplamente debatidos, e outro servidor faria a contrariedade, para que fosse adiada a decisão para outra assembleia. O servidor David Machado apresentou-se para fazer a defesa da propositura da ação. Quando oportunizado para que alguém apresentasse os pontos contrários ninguém se manifestou. Considerando que, no início da discussão sobre essa ação, diversas pessoas se inscreveram apresentando defesa e também apresentando contrariedade, foi colocada em votação a propositura ou não da ação judicial. Em votação, manifestaram-se a favor da propositura da referida ação 56 servidores, contrários 21 servidores,

abstenções 14. Portanto, foi autorizada a propositura da ação judicial junto a Justiça Federal para regularizar a cobrança do imposto sindical dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Mantida a decisão da Plenária realizada no ano de 2009, que deliberou por: efetivada a cobrança, o Sindijus irá devolver aos seus filiados 60% do valor que lhes foi descontado. André Ribeiro fez a proposta de que a plenária se manifestasse contra a PEC de redução da maioria penal, em votação foi aprovada por maioria. David Machado propôs que a plenária também deliberasse uma manifestação contra o PL 4330 que tenta regulamentar a atividade terceirizada. Em votação, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual eu, Daieniffer Cherini Lopes, \_\_\_\_\_, Secretária Geral lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme vai por mim assinada juntamente com o Coordenador Geral José Roberto Pereira \_\_\_\_\_.